



A SEXUALIDADE DO DEFICIENTE MENTAL

Zedequias Vieira Cavalcante¹; Mauro Luis Siqueira da Silva²

RESUMO: A seguinte pesquisa a ser apresentada tem por objetivo tornar clara a sexualidade do deficiente mental, mais especificamente a síndrome de down, que muitos enfatizam ser mais aguçada. Levando em conta que os educadores devem estar em contato com os educandos e devendo agir de forma correta, para poder auxiliá-los na vida em Sociedade. Especificamente visa-se esclarecer a grande dúvida que os professores da rede Municipal tem a respeito da sexualidade dos portadores de deficiência mental. E também aprender a lidar e conscientizar esses alunos dos padrões impostos pelo mundo social. Contudo, espera-se que as dúvidas e incertezas sejam sanadas no final da elaboração desse estudo científico, afim de que a cada dia as atitudes sejam adequadas dessa forma tornando a vida do deficiente mental, menos penosa. Sendo assim busca-se a compreensão no que tange aos portadores de deficiência mental, adequando então o modo de agir em relação aos estímulos comportamentais de nossos alunos, especificamente visa-se esclarecer a grande dúvida que os professores em geral tem a respeito da sexualidade dos portadores de deficiência mental.

PALAVRAS - CHAVE: Educação, Deficiente, Sexualidade.

1. INTRODUÇÃO

Consta-se que na sociedade de forma geral existe a ideia de que os deficientes mentais possuem o lado sexual aguçado. Alguns estudiosos constatarem que tal comportamento é verdadeiro e outros negam tal afirmação. Neste sentido, como problema da pesquisa, questiona-se, qual a representação da família com relação da sexualidade da criança especial?

O presente tema é viável e de suma importância, levando em conta nós como educadores estamos em contato com crianças e devemos reagir de forma correta, para que possamos auxiliar nossos educandos na preparação para a vida em sociedade, nos padrões corretos previamente determinados.

Como educadores não queremos agir de maneira a constranger nossos educandos, somos capazes e nos interessamos pelo assunto, visando o bem estar dos mesmos.

Com tudo espera-se que as dúvidas e incertezas sejam sanadas no final da elaboração desse estudo científico, para que possamos a cada dia adequar nossas atitudes auxiliando os portadores de deficiência mental.

Sendo assim busca-se a compreensão no que tange aos portadores de deficiência mental, adequando então o nosso agir em relação aos estímulos comportamentais de nossos alunos.

¹ Acadêmico do Curso de Direito do Centro Universitário de Maringá – Cesumar, Maringá – Paraná. Programa de Iniciação Científica do Cesumar (PICC). zeus_direito@hotmail.com.

² Docente do Curso de Direito do Centro Universitário de Maringá – Cesumar, Maringá – Paraná. mauro.siqs@uol.com.br

Especificamente visa-se esclarecer a grande dúvida que nós professores da rede municipal temos a respeito da sexualidade dos portadores de deficiência mental.

E também aprender a lidar e conscientizar esses alunos dos padrões impostos pelo mundo social.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Os métodos que mais utilizamos neste projeto foram a busca de referências bibliográficas a partir de base de dados de publicações científicas disponíveis na rede mundial de computadores (internet). Entre os locais visitados cita-se periódicos indexados disponibilizados pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.) e livros sobre o assunto disponíveis na biblioteca do UNICESUMAR.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos tem enfatizado a trajetória da educação especial, percebe-se a transposição da cultura segregacionista para a cultura integradora, caminhando na atualidade para o contexto de escolas inclusivas, superando as antigas concepções.



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=Imagem+deficiente+mental+e+inclus>

Para compreender o universo de mitos, preconceitos, conceitos que a sociedade tem em relação à deficiência é necessário inserir a questão no contexto histórico, de como a sociedade foi possibilitando aos indivíduos com deficiência o atendimento de suas necessidades básicas de vida, saúde e educação, trabalho, lazer, chegando até hoje onde constroem sua própria trajetória, participando dos diferentes segmentos da sociedade, com direitos e deveres como qualquer outro cidadão.

Desde a antiguidade até os dias atuais, as sociedades demonstraram dificuldades em lidar com as diferenças entre as pessoas e de aceitar as deficiências, em todas as culturas, etnias, níveis sociais e econômicos, variando a forma de conceber a deficiência e de como lidar com seus portadores ao longo dos séculos.

Seguindo a evolução histórica, encontra-se a “etapa de extermínio”, na qual a pessoa com deficiência não tinha direito à vida, eram banidas da sociedade com a morte, concebidas como castigo dos céus para expiação dos pecados de seus ancestrais ou criaturas possuídas pelo demônio.

Os preceitos de Sêneca (filósofo e poeta romano nascido em 4 a. c.) assim se expressava:

“Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes, com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós afogamos: não se trata de ódio, mas da razão, que nos convida a separar das partes são, aquelas que podem corrompê-las”.

Na Grécia antiga, onde a perfeição do corpo era cultuada, os portadores de deficiência eram sacrificados ou escondidos, como relata o texto de Platão: “Quanto aos filhos de sujeitos sem valor e aos que foram mal constituídos de nascença, as autoridades os esconderão, como convém, num lugar secreto que não deve ser divulgado” (A República).

Avanços significativos foram registrados no decorrer do século XX, encontrando-se hoje, no início do século XXI a etapa do direito de ser diferente, de viver e conviver em comunidade. Essa etapa é chamada “inclusão”.

4. CONCLUSÃO

Ao concluir a pesquisa que envolveu uma reflexão sobre a sexualidade das pessoas com deficiência mental, baseado em análises e na vivência da sexualidade em cada indivíduo inclui fatores oriundos de ordens distintas: aprendizado, descoberta e invenção.

Um bom trabalho de orientação sexual deve se nortear pelas questões que pertencem à ordem do que pode ser aprendido socialmente, preservando assim a vivência singular das infinitas possibilidades da sexualidade humana, e pelas pertinentes ordens do que pode ser prazerosamente aprendido, descoberto e/ou inventado no espaço da privacidade de cada um. Assim é de suma importância o aprofundamento nessa questão, sobretudo na prática diária, as implicações que este diagnóstico estigmatizante traz para a formação de personalidade e a maneira de ser no mundo dos indivíduos. É claro que cada indivíduo experimentará sua sexualidade de acordo com as suas condições internas, e sua realidade existencial, em cada fase de sua vida.

Nesse contexto espera-se que este estudo possa contribuir para uma maior atenção ao deficiente mental, nesse processo de sexualidade, com ações entre a equipe multidisciplinar, pois assim teríamos uma ação efetiva com os deficientes mentais cientes dos limites e partindo para grandes possibilidades de realizarmos uma intervenção que dinamize uma atuação mais eficaz, e que os deficientes mentais possam ser compreendidos em sua totalidade, tratando estes com respeito e humanização.

5. REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, S. **Sexualidade e Deficiência Mental**. São Paulo: Moraes, 1997.

BARROSO, C. BRUSCHINI, C. **Sexo e Juventude**: como discutir a sexualidade em casa e na escola. São Paulo: Cortez, 1990.

BECKER, S. H. **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BONDIOLI, A. **Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: Artmet, 1998.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial: área de deficiência mental. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

BRUNO, M. M. G. **O desenvolvimento Integral do Deficiente Visual.** São Paulo: Loyola, 1992.

CARVALHO, K. KARA, J. et al. **Visão Subnormal.** Campinas: Editora Unicamp, 1994.

CARVALHO, R. E. **A Nova LDB e a Educação Especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

KYLEN, G. **A Inteligência e os Déficits Intelectuais.** Trab Úrsula Heymeyer. Estocolmo, 1997.

GLAT, R. **Questões Atuais em Educação Especial.** Rio de Janeiro: Letras, 1996, vol. 11.

MANZINI, E. **Integração de Alunos com deficiências: perspectivas e prática pedagógica.** Marília: Unesp. FFC, 1999.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil – Histórias e Políticas Públicas.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, M. H. A. **Trabalho e Deficiência Mental: perspectivas atuais.** São Paulo: Cortez, 2003.

PERRNOUD, P. **Pedagogia Diferenciada: das intenções às ações.** Porto Alegre: artMed, 1998.

SENADO FEDERAL. **LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília, 2004.

TELFORD, C. W. SAWREY, J. M. **O indivíduo Excepcional.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educacionais Especiais.** Brasília, Corde, 1994.